

INTENÇÃO E UTILIDADE MORAL NA PERSPECTIVA DE KANT E HUME

Por: Gabriela do Espírito Santo Marchiori

O filósofo Immanuel Kant, explanando a ideia de metafísica dos costumes que viria da divisão feita entre os tipos de conhecimentos, onde a metafísica dos costumes se apresenta fazendo parte do tipo de conhecimento racional e formal que se ocupa da forma do entendimento e da razão em si mesma e das regras universais do pensar em geral sem distinção dos objetos, sendo não empírico e a priori, ou seja, da filosofia pura. A metafísica dos costumes poderia ser, em termos livres, uma idealização da moral, já que Kant quer afastar todo o conhecimento empírico, que segundo o mesmo deve ser tratado em outra parte do conhecimento, que é a antropologia prática. Esta separação é feita pelo desejo de elaborar uma filosofia se valendo apenas da razão, onde leis e mandamentos aparecem a priori.

Isto



Immanuel Kant 1724 - 1804

começa ficar claro na primeira secção da fundamentação da metafísica dos costumes onde vemos que a única coisa totalmente boa é a boa vontade, pois apesar dos talentos do espírito como a coragem ou bom discernimento parecerem bons, eles podem se tornar maus facilmente já que advém do temperamento que é inconstante, então só se a vontade presente nesse temperamento for excelente por si mesma haverá a boa vontade que é produto da deliberação da razão.

Mas se fossemos pensar no propósito do bem agir e caso isso nos levasse a pensar que a finalidade do homem é a felicidade, parece estranho a natureza ter nos dado a razão como comandante da vontade, já que os instintos funcionam muito mais facilmente na obtenção de prazer e diminuição da dor. Podemos ver ainda que as pessoas que fazem uso da razão para produzir ciências ou luxos para o entendimento acabam por desenvolver uma certa misologia (ódio ao discurso lógico), vendo que felicidade foi o que menos alcançaram. Apesar disto, estes que condenam a razão fazem-no por achar que a existência procura por felicidade, mas a realidade é que a existência ainda precisa de uma ideia mais digna para dar sentido a si própria, assim a

felicidade só terá valor quando foi escolhida, ou seja, na verdade o que é moralmente bom é a vontade que levou a escolha, que por ser boa produziu felicidade. Assim se a razão não parece certa para comandar a vontade, mas comanda mesmo assim, a razão deve segurar as rédeas da vontade para conseguir formar uma boa vontade, não boa visando uma utilidade, mas boa em si mesma.

Para esclarecer como este conceito de boa vontade irá ser conduzido, vamos falar do conceito de Dever que é formado por intermédio da boa vontade. Temos a distinção de agir por ou segundo o dever. Agir por dever é agir segundo a boa vontade, mas, ainda há as ações que são apenas conforme o dever, pois, não foram feitas por uma intenção

boa, ou seja, segundo o dever mas não por

ele em si. Logo, as ações práticas feitas

segundo o dever mas que não

dispunham de boas intenções não vão

conter em si valor moral, pois se as

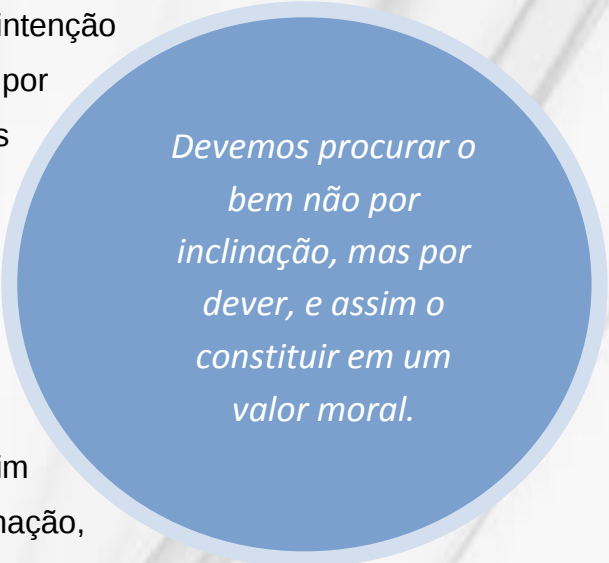
práticas morais dependessem do

temperamento, que é inclinação, as

relações ficariam mais difíceis. Assim

devemos procurar o bem não por inclinação,

mas por dever e assim o constituir em um valor moral.



Devemos procurar o bem não por inclinação, mas por dever, e assim o constituir em um valor moral.

Entretanto, o valor moral estará na máxima que estabelece a ação por dever e não por um propósito, fazendo tudo depender apenas do princípio da vontade, que será a priori, pois se abstrai dos fins e, não terá princípio material já que o valor não se encontra na concretude da ação desejada mas apenas no querer da ação. Assim as ações devem ser consideradas morais por dever e respeito à lei - não por inclinação ou fim de um meio - lei essa que será universal e por sua conformidade geral constituirá o princípio do dever agindo por meio de imperativos categóricos e máximas que sempre visando um fim em si, conseguirá constituir um juízo moral universal que fará a síntese de lei e vontade ser dada a priori, criando assim finalmente uma metafísica dos costumes.

A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão-somente pelo querer, isto é, em

si mesma, e, considerada em si mesma, deve ser analisada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação, ou mesmo, se se quiser, da soma de todas as inclinações. Ainda mesmo que por um desfavor especial do destino, ou pelo apetrechamento avaro duma natureza madrasta, faltasse totalmente a esta boa vontade o poder de fazer vencer suas intenções, mesmo que nada pudesse alcançar a despeito dos seus maiores esforços, e só afinal restasse a boa vontade (é claro que não se trata aqui de um simples desejo, mas sim do emprego de todos os meios de que as nossas forças disponham), ela ficaria a brilhar por si mesma como uma jóia, como alguma coisa que em si mesma tem seu pleno valor. A utilidade ou a inutilidade nada podem acrescentar ou tirar a este valor.

Já em Hume, o texto é iniciado quando o autor vem a dizer que não se deve perder tempo com pessoas que negam a realidade das



distinções morais, ou seja, a negação de certo e errado no mundo, pois é impossível todas as pessoas gostarem das mesmas coisas, e dado isto, poderíamos entrar num debate mais interessante: a moral se origina na razão ou nos sentimentos? Se aceitamos a primeira opção, todo ser racional teria uma moral a priori, mas, se aceitamos a segunda opção temos que concordar que o sentimento é único em nossa espécie.

David Hume 1711 - 1776

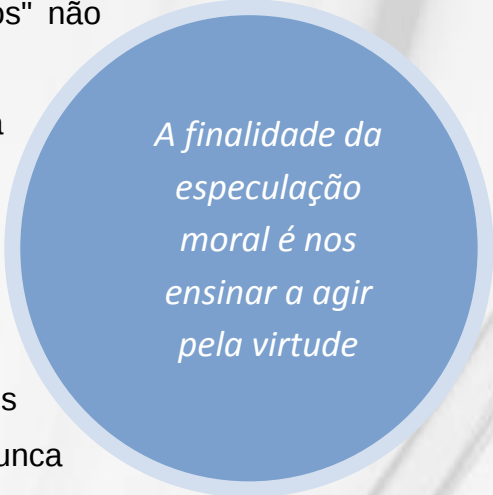
Essa dúvida vem desde os antigos, que viam a virtude colada a razão mas pareciam considerar que a moral deriva do gosto e sentimento, já os modernos aparentemente permanecem em suas metafísicas e deduções abstratas. Ambos os lados tem argumentos plausíveis e não é tarefa difícil acreditar que a moral é discernível pela pura razão, já que sobre isso se tem tanta fala e, só se pode falar sobre verdades, já que questões de gosto não têm inferência em discussões. Mas se a moral vier da razão, poderíamos estar em terreno perigoso, já que a chance dela não ser bem praticada é maior, e como veremos

Hume funda sua filosofia nos sentimentos. Apesar disto, a finalidade da especulação moral é nos ensinar a agir pela virtude sempre que possível. Razão e sentimento sempre colaboram em decisões morais e, será fácil perceber quando cada um deles inferirem valor sobre o mérito pessoal. A partir disto, vamos em busca do que constitui a ética, sabendo que ela deve sempre vir da observação já que "filosofias de fatos" não serviriam neste campo.

Um dos princípios que Hume mostra é a benevolência e, com ela vemos que as virtudes sociais servem para manter a paz, coisa esta que seria de maior utilidade para colocar como finalidade numa sociedade, pois, quando relacionamos um indivíduo com seus méritos humanitários e beneficentes há uma coisa que nunca sai de vista: que tipo de satisfação e felicidade a sociedade ganha com essas ações, vendo assim que quando vamos elogiar alguém a sua utilidade constitui sempre uma parte de seu mérito.

Outro princípio que vemos é a justiça, pois esta é útil para a sociedade e logo seu mérito advém disto, mas afirmar que a utilidade é a única causa da justiça irá requerer uma análise mais próxima. Se não houvesse desigualdade entre os bens dos homens não haveria justiça, e se todos fossem iguais ela também não seria necessária. Mas percebemos que quando falamos de bens de abundância ilimitada na natureza, os homens não tentam privar isso de ninguém, isto demonstra que o homem é um ser de partilha. Quanto mais benevolência entre os homens, menor suas distinções privadas. As regras da justiça dependem inteiramente dos próprios homens e elas devem sua existência à utilidade que provém à eles.

Assim vemos que há muito louvor sobre a utilidade e muita recusa em sua falta e isso se mostra facilmente em algumas profissões, exemplo o historiador que se encolhe quando lhe perguntam sua utilidade. O mérito vem de promover felicidade para espécie humana e, é interessante ver que inclusive a palavra mérito já tem qualificação boa em si mesma e, o fato de que estimamos a utilidade presente nas virtudes se deve ou aos nossos próprios interesses ou a interesses públicos. Apesar disto, a atribuição de mérito não será



*A finalidade da
especulação
moral é nos
ensinar a agir
pela virtude*

fundamentada em egoísmo, já que nós também valoramos coisas que não contribuem em nossos interesses, assim a questão mostra que nos importamos com as pessoas em sentido geral por meio de nossa simpatia e benevolência. Então mesmo quando não sentimos nada, somos tocados pelo o que as pessoas sentem e esta é apenas uma capacidade de não ser indiferente, o que será uma das coisas que caracterizam a moral. Assim fica claro que a utilidade é que deu origem às virtudes e, que essa utilidade visa uma influência muito ampla, e não apenas restrita ao amor de si mesmo. E ainda mais que Hume, considerando a razão como escrava das paixões conclui que a moral deriva do interesse e dos sentimentos de aprovação e desaprovação ou até prazer e desprazer que sentimos quando somos expectadores de ações de outros agentes. Assim os juízos morais estão na nossa experiência humana, pois, atribuímos valor sentimental às ações que chamamos de boas ou más e à elas distribuímos ou não méritos, que seriam um conjunto de qualidades que agradam o observador.

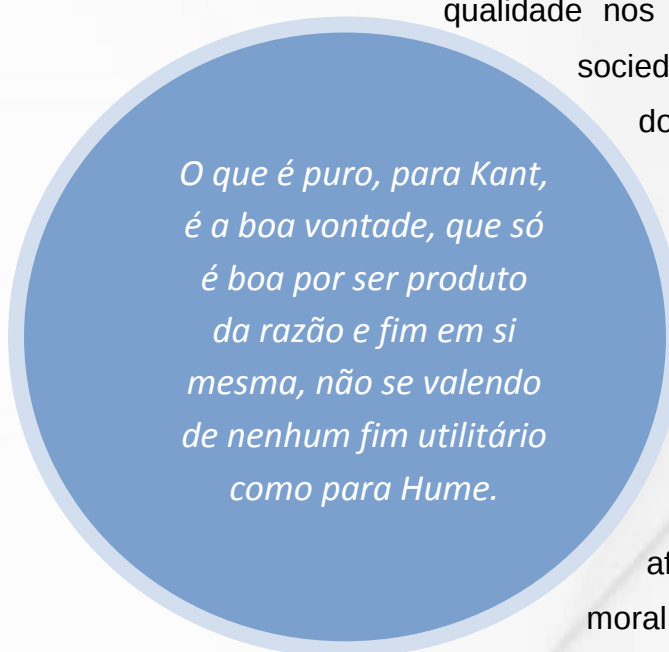
Fica evidente que ganhamos uma grande diferença colocando a razão ou os sentimentos como fundadores da moral. De um lado ganhamos a intenção moral e de outro a utilidade moral. Hume admite que toda qualidade útil ou agradável constitui parte do mérito pessoal e, que por mais difícil que seja dizer o grau de benevolência que nós possuímos, é certo que possuímos e que esta

qualidade nos faz tomar partido em busca do útil à sociedade em nossas decisões. Este caminho

dos sentimentos humanitários nos faz formar uma distinção moral por meio de aprovações e reprovações de atos que nos fazem ter as ideias de virtude e vício, que por causa deste processo nos faz esperar certos comportamentos humanos que por fim, formam a moral. Kant ao contrário, quer afastar da fundamentação de sua filosofia moral tudo que parte da experiência ou dos

comportamentos humanos, já que nosso

comportamento, que deve ser estudado na antropologia prática, sendo



*O que é puro, para Kant,
é a boa vontade, que só
é boa por ser produto
da razão e fim em si
mesma, não se valendo
de nenhum fim utilitário
como para Hume.*

instintivo e temperamental é também instável e assim não se torna objeto de uma filosofia pura. Como vimos, o que é puro para Kant é a boa vontade, que só é boa por ser produto da razão e fim em si mesma, não se valendo de nenhum fim utilitário como para Hume. Essa vontade estabelece um dever que só faz as ações serem dignas de aprovação moral se e somente se forem dotadas de uma boa intenção e amor a lei. Assim, a vontade pura funciona como o princípio que estabelece uma máxima que gera uma ação que vale por ela mesma e não pelo objeto, utilidade ou consequência esperada. E aqui encontramos a dificuldade de mostrar como a razão vai operar no mundo se ela depende de uma vontade boa em si que tira o valor dos objetos e da concretização da ação para valorar a intenção moral, já que agir visando os objetos não é moral, então onde estão as ações morais? Parece que é por este motivo que Kant escolhe fazer uma metafísica dos costumes, pois apesar de não conseguir apontar no mundo as ações morais ele define como elas deveriam ser e mostrar porque elas valeriam a pena. E parece que tentar pensar num motivo para agir bem já nos leva à pensar em uma recompensa ou utilidade de realizar alguma boa ação, motivo pelo qual talvez as religiões geralmente guardam uma recompensa ou punição final para justificar nossos atos em vida. Assim quem sabe continuamos na dúvida: fundar a moral nas causas e intenções ou nas consequências e utilidades?

Referências:

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. São Paulo: Unesp, 2003.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 2008.

André Luiz Holanda De Oliveira. Princípios norteadores da filosofia moral de david hume. Revista opinião filosófica, Porto Alegre, v. 06, n. 01, 2015. Disponível em: <<http://abavaresco.com.br/wp/wp-content/uploads/2.-Andr%C3%A9-Luiz-Holanda-de-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

Célia Teixeira. A objectividade na Filosofia Moral de Immanuel Kant. Philosophica, Lisboa, n. 13, p. 91-109, 1999. Disponível em: <<http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/13/5.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.